

anos

Instituição comemora aniversário com cerimônia de entrega da Ordem do Mérito MPM

págs. 6 e 7

Revista do MPM

Conselho Editorial lança número 19 da Revista do MPM no II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar.

pág. 11

MPM na Mídia pág. 2
Por onde anda... pág. 3
MPM em ação pág. 12

Pós-graduação em Direito Internacional dos Conflitos Armados pág. 8

Cresce Estrutura interna no MPM pág. 8

Palestra sobre Operações de Paz pág. 9

Programa de Promoção de Saúde

Setor de Assistência à Saúde do MPM realiza atividades de reflexão sobre saúde.

pág. 4





MPM na mídia

O primeiro julgamento de oficial-general no Superior Tribunal Militar desde 1981 foi destaque no jornal O Estado de São Paulo de 13 de novembro. Denunciado pela procuradora-geral da Justiça Militar, o general-de-

brigada Paulo César Lima de Siqueira, atualmente na reserva, foi absolvido por sete votos a seis da acusação de estelionato. Pela absolvição votaram os cinco ministros civis e dois representantes da Marinha. Três oficiais-generais do Exército e os três da Aeronáutica votaram pela condenação.

Os fatos que geraram a denúncia ocorreram em janeiro de 2000, quando o general foi removido para Brasília. Como prevê a legislação, ele solicitou as indenizações a que teria direito, auferindo o total R\$ 19.734,52. Entretanto, como ficou comprovado em investigações e como confirma o próprio general, a filha dependente, a mudança e o automóvel não vieram para Brasília.

Para Marisa Cauduro os argumentos de conduta ilibada do réu e desconhecimento da necessidade de provar a transferência para

fazer jus ao benefício, não se sustentam. "Carece de amparo legal qualquer argumentação no sentido da desvinculação da indenização com a realização de gastos efetivos com a movimentação. Assim como da desnecessidade de comprovação da despesa realizada com esse fim, principalmente se considerarmos que a prestação de contas é dever, tradicionalmente, cometido aos ocupantes de cargos públicos", justifica ela.

O resultado da votação, em especial como votaram os oficiais-generais do Exército, avalia a procuradora-geral, revela que o tão aludido corporativismo dentro das Forças Armadas não existe. Também é possível concluir, continua, que sua decisão em oferecer a denúncia era correta. "É meu dever de ofício acusar um oficial-general, embora para mim e acredito para a maioria da população, ele represente o guardião, o cumpridor das leis e regulamentos", declarou a Marisa Cauduro.

A edição de domingo (16/11) do Jornal do Brasil trouxe reportagem repercutindo as declarações dadas pelo chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, sobre a necessidade de uma integração militar na América do Sul.

Como avalia o repórter João Pinheiro, o ministro "pode não ter falado pelo governo - tanto que voltou atrás afirmando que fizera apenas 'reflexões' - mas a medida vem sendo alinhavada pelas Forças Armadas". Para justificar esse argumento, a matéria divulga

levantamento realizado pelo coordenador do Centro de Estudos de Direito Militar - Cesium, o promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro João Rodrigues Arruda, que enumera as diversas operações militares realizadas pelo Brasil em suas fronteiras com integração de outros países.

O promotor declara que uma coisa não pode deixar de ser discutida: o estudo da integração jurídica militar para os países que pretendem unir forças em uma estratégia comum. João Arruda afirma, ainda, que o Brasil deve ver com atenção a criação e as características de um Tribunal Penal Internacional para que não se criem mecanismos que possam ser usados contra países de menor poder econômico ou bélico.

Nos últimos meses, em várias oportunidades, a TV Justiça esteve na PGJM para ouvir a procuradora-geral. Numa dessas entrevistas, Marisa Cauduro falou sobre os 83 anos da Justiça Militar, comemorados no dia 31 de outubro, e sobre a entrega da medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar. Em outra ocasião, os repórteres da Radiobrás, parceira da TV Justiça, fizeram um perfil da procuradora, exibido no programa Interesse Público do dia 14 de novembro. Também para a Radiobrás, a procuradora-geral deu entrevista em que afirma desconhecer a existência de preconceito contra soropositivos na Marinha, em resposta a notícias veiculadas na imprensa que portadores do vírus da AIDS sofriam perseguição naquela Força Armada.

Esclarecimento

Em resposta às solicitações dos servidores lotados na subsele, publicadas na matéria "PGJM investe na melhoria das condições de trabalho", edição 14 do MPM Notícias, o diretor-geral do MPM, cel Pedro Alvarenga, informa que a direção está sensível às solicitações e esclarece que a maioria das questões levantadas já haviam sido analisadas. Ocorre que algumas delas não são viáveis para implantação no momento. As possíveis, ou foram implementadas, ou estão em fase de instalação.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da PGJM.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar
Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão
Perciles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Coronel Pedro Marçal - Chefe de Gabinete
Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Selcigo Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF
Jornalista - Haber França
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen
Estagiário - Paulo Rodrigo Ribeiro Guimarães

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 313-6114
www.mprm.gov.br - E-mail: ascom@mprm.gov.br



Por onde anda...

Lucia Beatriz de Mattos Bessa



Para a subprocuradora-geral Lucia Beatriz de Mattos Bessa a aposentadoria não possui aquela característica de retiro, descanso, pelo contrário. Agora, Lucia Beatriz aproveita a disponibilidade de tempo para fazer todas as atividades que antes não era possível. Além de continuar atuante na advocacia, ela cuida do físico fazendo ginástica, natação e, especialmente, dança de salão. Com a dança, ela afirma ter conseguido combinar atividade física e atividade artística e desse envolvimento, nasceu o espetáculo musical "A volta da gafeira", escrito por Lucia Beatriz e encenado pelos alunos da academia que ela frequenta no Rio de Janeiro.

Ainda que a atuação jurídica não tenha a mesma intensidade de antes, declara a subprocuradora, permanece ainda a necessidade de manter-se atualizada.

Com esse objetivo, ela faz cursos periodicamente e, ainda, sobra tempo para os estudos de inglês.

Lúcia Beatriz entrou para o MPM em 1982 como procuradora militar de 2ª categoria, cargo depois renomeado para promotor da Justiça Militar, foi promovida a procuradora em 1995 e a subprocuradora-geral em 1996. Dos tempos em que atuava na Justiça Militar, Lúcia afirma sentir saudades dos amigos que fez e conclama todos a se reunirem mais. "Sinto falta do contato com meus colegas. Seria interessante que o MPM ou a Associação Nacional do Ministério Público promovessem mais eventos de interação entre os membros ativos e os aposentados. Não só acontecimentos festivos, mais também seminários, palestras", declara a subprocuradora.

João Jayme Araújo

Desde que se aposentou, em 1995, o subprocurador-geral João Jayme Araújo abandonou a advocacia. Como ele mesmo declara, seus dias são dedicados ao ócio. Contudo, ao verificar a relação de atividades que realiza, percebemos que é um ócio bastante atribulado. Aulas de computação, inglês, natação, musculação fazem parte da rotina de João Jayme. Contudo, seu hobby principal é viajar com a esposa. Viajam tanto que os amigos e conhecidos, quando querem convidá-los para algum evento, logo perguntam se eles estarão em Porto Alegre.

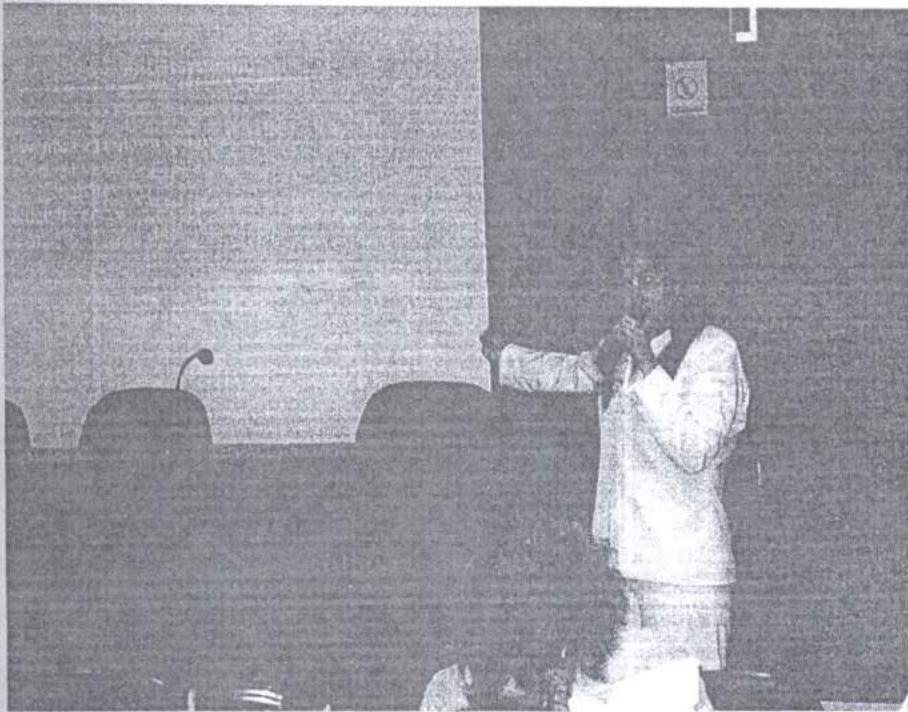
João Jayme ingressou no Ministério Público Militar em 1971, como 2º substituto de procurador Militar de 3ª categoria, cargo que equivale hoje ao

de promotor de Justiça. Era um momento de muito trabalho, recorda ele. Logo no primeiro processo, conta o subprocurador, teve de enfrentar os mais renomados advogados de Porto Alegre, defensores de um grupo de jovens envolvidos em roubos a bancos para financiamento de organizações políticas de esquerda. A experiência foi muito proveitosa, avalia, que como denunciante conseguiu a condenação da maioria dos envolvidos.

No MPM, João Jayme atuou preponderantemente na procuradoria de Porto Alegre, com passagens por Curitiba e Santa Maria. Foi promovido a procurador em 1995 e logo depois a subprocurador-geral. Como não queria sair de Porto Alegre, optou pela aposentadoria em junho de 1995.



Programa de promoção de saúde



Palestra sobre saúde bucal com a professora Mônica Afonso

O Setor de Assistência à Saúde do Ministério Público Militar está promovendo, desde o mês passado (novembro), uma série de atividades dentro do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças. O objetivo da ação, justificam os organizadores, é promover, entre os servidores da instituição, um momento de reflexão sobre saúde e qualidade de vida, com enfoque especial na prevenção de doenças.

Em novembro (18), abrindo a programação, a professora e especialista em Periodontia Mônica Afonso apresentou a palestra "Como a saúde bucal influencia meu corpo". Segundo a professora, é importante cuidar da higiene bucal da mesma forma que fazemos com nosso corpo, assim como é importante verificarmos nosso estilo de vida, pois o comportamento é fundamental para uma boa saúde. A especialista alertou, ainda, para o uso de medicamentos como *Anticonvulsivo*, *Anticoncepcionais*, *Imunossupressores* e *Antihipertensivos* que podem causar doenças na gengiva. Durante a apresentação, Mônica salientou que médicos, advogados, parlamentares e jornalistas se inserem no grupo de risco,

por levarem uma vida atribulada, sob estresse e pressão. Ao final, ressaltou a importância de se ir ao dentista regularmente e que entre os fatores mais influentes para o surgimento de doenças nas gengivas e no periodonto (conjunto formado por osso em que está implantado um dente, formação ligamentar disposta em torno dele e cimento) estão: a diabetes, a gravidez, o uso de medicamentos, a menopausa, a puberdade, o fumo, o HIV e os fatores hereditários e os psicossomáticos como, por exemplo, o estresse.

Ainda em novembro - de 24 a 28 - o Setor de Saúde realizou exames indicativos da saúde dos servidores. Foram verificados pressão arterial, pulsação, peso e altura, índice de massa corpórea, percentual de gordura corporal, taxas de glicose, triglicérides, colesterol e medição de monóxido de carbono para fumantes. Entre os membros e servidores que fizeram os exames, 68 no total, a procura maior foi pela verificação de pressão

arterial, pulsação, peso e altura e taxa de gordura, praticamente todos realizaram esses exames. Os resultados fornecidos pelos atendimentos foram anexados aos prontuários dos servidores existente no Setor de Saúde. Com esses dados, informa o pessoal de Saúde, é possível verificar se os hábitos alimentares e o tipo de vida levada pelo paciente são o adequado.

Já em dezembro (5), foi realizada a vivência "Auto-estima e você", conduzida pela psicóloga do MPM, Rosângela Barros Silva e da qual participaram onze servidores. Finalizando as atividades do programa no ano, os dentistas da instituição fizeram revelação de placa bacteriana e ensinaram técnicas de higiene bucal aos dependentes até 14 anos de servidores e membros.



Servidores realizam exames preventivos.



Balanço anual do CNCGMMP

Entre os dias 11 e 12 de dezembro o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público realizou o 38º Encontro, em Porto Alegre. Essa reunião marcou a despedida do corregedor-geral do Ministério Público Militar, Péricles Queiroz da presidência do CNCGMMP. A nova diretoria empossada na capital gaúcha tem à frente a corregedora-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Jacqueline Fagundes Rosenfeld.

Além do Encontro de Porto Alegre, o CNCGMMP promoveu outros cinco encontros nacionais e uma reunião extraordinária em 2003. Nos encontros, ocorridos nas cidades de Ouro Preto – MG, Ipojuca – PE, Fortaleza – CE, Maceió – AL e Gramado – RS, foram discutidos temas de interesse categoria. Como exemplo pode ser citada “A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil – custos legis”, questão que levou o Conselho a criar uma comissão para estudar o assunto e foi o tema central dos debates da reunião pernambucana.

Amplamente discutida durante o ano foi também a Reforma da Previdência Social

encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso. Além de constar da pauta de praticamente todos os encontros, essa reforma motivou a realização de uma reunião extraordinária em Brasília e de conversas entre o presidente do CNCGMMP com representantes do legislativo e do judiciário.

Ainda em 2003, o CNCGMMP firmou parceria com a Agência Brasileira de Inteligência – Abin com o objetivo de desenvolver treinamento específico para os corregedores-gerais. Iniciando os trabalhos, em novembro (7), a Abin promoveu um seminário onde os corregedores-gerais assistiram a palestras e participaram de debates sobre as possibilidades das técnicas de inteligência e como elas podem ser utilizadas em benefício das Corregedorias-Gerais.

No 38º Encontro do CNCGMMP realizado no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre,



Reunião conjunta de Ouro Preto.

os corregedores-gerais participaram de quatro reuniões temáticas: “Atos de Improbidade Administrativas Atribuídas a Membros do MP – Aspectos da Corregedoria”; “O MP no Estatuto do Idoso (lei 10.741, de 1/10/03) – Orientação das Corregedorias”; “Procedimentos Correicionais Diversos” e “Apreciação do Pedido do Grupo de Trabalho sobre o Meio Ambiente/CONAMP”.

MPM obtém decisões inéditas no STM

Em novembro, o Ministério Público Militar foi surpreendido com decisões inéditas e favoráveis a interposições apresentadas junto ao Superior Tribunal Militar.

A primeira delas, foi o STM admitir recurso extraordinário contra inquérito arquivado em correição parcial apresentada pelo juiz-auditor corregedor da Justiça Militar. Essa é uma decisão inédita daquele Tribunal, todos os recursos desse tipo, até então apresentados, haviam progredido sem o aval da presidência. No caso objeto do despacho, o presidente em exercício do STM, Carlos Alberto Marques Soares, acolheu recurso extraordinário interposto pela PGJM contra decisão do próprio STM que havia rejeitado pedido de desarquivamento de IPM. Com o aceite desse recurso, avaliam os subprocuradores, o STM abre um precedente de jurisprudência importantíssimo para os processos em 2ª Instância.

Outra decisão não esperada do STM, foi admitir a Reclamação apresentada pela PGJM contra ato judicial praticado por juiz-auditor da Justiça Militar. Em 13 de dezembro de 2002, decisão do magistrado pôs fim a Correição Parcial interposta pelo MPM alegando “perda de objeto”. Entretanto, essa Correição Parcial já havia sido instruída ao STM junto com suas razões em 18 de setembro.

Segundo apurou o promotor da Justiça Militar Ailton José da Silva, que atuou no processo, o juiz-auditor reteve indevidamente os autos da Correição Parcial sem qualquer intimação ou notificação ao MPM, quando proferiu decisão julgando a “perda de objeto”. Como justifica a procuradora-geral Marisa Cauduro na Reclamação, houve usurpação da competência do STM. “O juiz-auditor estava desprovido de competência legal para pronunciar-se em nome da Justiça, determinou o arquivamento dos autos,

deixando de observar regras de conhecimento da causa judiciária e prestação da atividade jurisdicional por quem de direito”, escreveu ela.

A última das conquistas da PGJM no STM foi o acolhimento do Embargo interposto para reformar Acórdão que havia absolvido cabo da Marinha condenado a 20 anos de reclusão.

Em fevereiro (18), amparado pelo voto vencido do ministro do STM José Coelho Ferreira, o vice-procurador-geral da Justiça Militar, Edmar Jorge de Almeida apresentou Embargos Infringentes do Julgado com a finalidade de manter a condenação do réu. No documento encaminhado ao STM, Edmar Jorge destaca oito pontos do processo que evidenciam a culpa do acusado. O Acórdão revendo a decisão da Justiça Militar que condenara o réu foi requerido pela defesa do militar que alegou insuficiência de prova da autoria.



Instituição comemora 83 anos com a entrega da Ordem do Mérito MPM



Conselheiros da Ordem do Mérito MPM.

Institucional, General de Exército Jorge Armando Félix, o embaixador da República Popular da China, Jiang Yuande e o embaixador da República da Hungria, Tamás Rózsa. As corporações agraciadas com a insígnia da Ordem do Mérito MPM foram: o Comando do Exército, o Centro de Preparação

de Oficiais da Reserva de São Paulo e a Base Aérea de Salvador/BA.

A solenidade contou com a participação especial da Banda do Grupamento de Fuzileiros Navais e contou com o apoio e o patrocínio da Caixa Econômica Federal, Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM, Credisutri, Banco do Brasil, Bradesco e Banco Alfa.

Criada em 1999 pelo Conselho Superior do MPM, a Ordem do Mérito Ministério Público Militar é concedida nos graus Grã-Cruz, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços.

Durante a solenidade de entrega da medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, tanto a procuradora-geral da Justiça Militar quanto o comandante da Marinha, Roberto de Guimarães Carvalho, foram entrevistados por jornalistas sobre denúncias veiculadas na



imprensa sobre a existência de preconceito na Marinha a portadores do vírus da AIDS. Para a procuradora-geral Marisa Cauduro a afirmação não procede. "Não há no MPM nada que indique isso", declarou. Segundo o comandante, a partir do momento que a Marinha toma conhecimento da existência de soropositivos em seus quadros duas atitudes são tomadas: se sintomáticos, são reformados, se assintomáticos, continuam no serviço ativo. "Estamos estudando como eles podem permanecer na Marinha, mas em corpos e quadros que não tenham exigências que possam implicar em riscos para eles e os outros. Num navio em manobras, por exemplo, eles não podem embarcar porque todos os tripulantes são doadores potenciais de sangue", disse o comandante. Finalizando a entrevista, Roberto Carvalho salientou que os casos divulgados pela mídia são isolados e estão sendo analisados pela Marinha.

Ordem do Mérito



Patrocínio



Em outubro (31), o Ministério Público Militar completou 83 anos e para comemorar a data a Procuradoria-Geral da Justiça Militar realizou no dia 30 de outubro, no Clube Naval de Brasília, a solenidade de entrega de medalhas da Ordem do Mérito Ministério Público Militar.

Aproximadamente 400 pessoas compareceram à cerimônia que, além de celebrar o aniversário do MPM é também uma homenagem aos 110 agraciados, personalidades e organizações, civis e militares, com relevantes serviços prestados à instituição.

Para a chanceler da Ordem do Mérito MPM, a procuradora-geral Marisa Cauduro, o fato do MPM estar completando 83 anos já é suficiente para mostrar a importância da instituição, sua relevância e solidez. "São poucas as instituições públicas no Brasil com tamanha longevidade", acrescenta.

Entre outros nomes da política, do judiciário e das Forças Armadas, a chanceler e os conselheiros - subprocuradores-gerais da Justiça Militar - agraciaram com a comenda: o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; o ministro da Educação, Cristovam Buarque; o presidente do Superior Tribunal Militar, Carlos Eduardo Cezar de Andrade; o presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo; o comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho; os corregedores-gerais do MP de São Paulo e do Rio Grande do Sul, Carlos Henrique Mund e Jacqueline Rosenfeld; o senador Demóstenes Xavier; o ministro-chefe do Gabinete de Segurança



Flashes



A chanceler da Ordem condecora estandarte.



Cristovam Buarque - Ministro da Educação

“Considero a Justiça Militar de suma importância, sobretudo nos períodos democráticos como o em que vivemos. Houve um período ruim, durante a ditadura militar, quando o Tribunal Militar julgava crimes civis de pessoas que tinham atividades políticas, mas agora com a democracia, o Ministério Público Militar presta um belo serviço ao país.

Demóstenes Xavier - Senador

“A atuação do Ministério Público Militar é formidável, zela pela manutenção da ordem pública proporcionando que seja efetivamente real a segurança nacional. Sob a direção da procuradora-geral Marisa Cauduro, a instituição tem se revelado uma fonte permanente de democratização do nosso regime”.



Presidente do TCU recebe medalha da procuradora-geral.



Eduardo Sabó Paes - Procurador-Geral do MPDFT

“A Justiça Militar tem dois pontos extremamente positivos: trata a matéria de forma especializada, conhecendo profundamente todos os temas da área militar e tem na tradição seu principal elemento, que aliado a evolução do próprio direito tem sabido através de seus integrantes tanto do próprio do MP, preponderantemente, como da Justiça Militar enfrentar tantas e tantas questões que são responsáveis por resguardar a nossa soberania e a nossa cidadania”.

Hugo Antonio Gonçalves de Andrade - servidor do MPM

“O valor dessa medalha não está no objeto em si, mas no que ele representa, o reconhecimento de um trabalho. É uma recompensa por esses oito anos de MPM”.



Maurício Corrêa, presidente do STF, um dos agraciados.



Membros do CNPGJ, do CNGCMP e de outras associações do Ministério Público prestigiaram a solenidade no Clube Naval. Na foto, a procuradora-geral Marisa Cauduro aparece ao lado do presidente do CNPGJ, Achilles Siquara, do procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Nedens Vieira; do procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira Vieira; da presidente do CNGCMP, Jacqueline Rosentfeld, e de representantes do Ministério Público gaúcho.



PGJM sedia palestra sobre Operações de Manutenção da Paz



Roger Chapple com a Ordem do Mérito MPM ao lado da promotora Teresa Barauno e da procuradora-geral.

Em outubro (31), o juiz auditor para Assuntos Militares do Reino Unido, Roger Graham Chapple, esteve na Procuradoria-Geral da Justiça Militar – PGJM, quando realizou a palestra “*A Experiência da Justiça Militar Britânica em Operações de Paz Financiadas pela ONU*”. No mesmo evento, o coordenador da Câmara de Coordenação e

Revisão – CCR, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, falou sobre os crimes em operações de paz e expôs o modelo jurisdicional militar brasileiro, sua interrelação com a Carta das Nações Unidas, o Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional.

Abrindo a programação, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, enfatizou a importância dos temas tratados na ocasião, afirmando que é tendência da ciência Jurídica na atualidade integrar-se internacionalmente devido à facilidade de intercâmbio entre as nações. “A área do Direito Militar insere-se como agente indispensável no campo do Direito Internacional e na difusão das regras humanitárias aplicadas às forças militares em operação de paz”, afirmou a procuradora-geral.

Iniciando os trabalhos, Carlos Frederico argumentou que há a possibilidade de militares praticarem crimes de guerra em operações de auxílio humanitário. Disse que qualquer violação aos tratados que regem os conflitos armados está sujeita a punição. Afirmou, também, que tais crimes estão hoje descritos no artigo oitavo do Estatuto de Roma, do qual Brasil e Reino Unido são signatários. “O que

devemos fazer hoje no Brasil, em termos de legislação Penal Militar, é realizar imediatamente uma implementação e incorporar no Código Penal Brasileiro, os crimes descritos no Estatuto de Roma”, declarou o coordenador da CCR.

Em seguida, Roger Chapple afirmou que as operações de paz têm cada vez mais um caráter multinacional, tornando-se responsabilidade global, uma vez que mais nações no mundo estão envolvidas com a preservação e manutenção da paz. O juiz-auditor considera que o Reino Unido é privilegiado por possuir uma grande experiência em mandar tropas para o estrangeiro, o que permitiu o desenvolvimento de um sistema de Justiça que vai a qualquer lugar do mundo. “Atualmente temos tropas servindo em países como Chipre, Alemanha, Bósnia, Kósovo, Iraque e Afeganistão”, encerrou Chapple.

Bastante concorrida em função do interesse que o tema desperta, compareceram à palestra membros do Judiciário, do Ministério Público, oficiais das Forças Armadas, representantes de Embaixadas, além de estudantes de Direito e Relações Internacionais.

PGJM recebe formandos do Exército



Corregedor-geral fala sobre a Justiça Militar.

Alunos do Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais, da Escola de Administração do Exército, assistiram em novembro (5), na Procuradoria-Geral da Justiça Militar, a palestra sobre a história, funcionamento e estrutura da Justiça Militar.

Em sua apresentação, o corregedor-geral do MPM, Péricles Queiroz, ressaltou a

importância dessa justiça especializada e relatou que a partir da Constituição Federal de 1988 houve um aumento substancial no número de denúncias em todo país, fato que ele relaciona a maior conscientização da população brasileira. “Entendo que três fatores são destacáveis no crescimento da demanda. O primeiro é o exercício da cidadania, advindo do conhecimento mais amplo

dos Direitos Humanos e Constitucionais. O segundo, é a disseminação dos meios de comunicação que estreitam as fronteiras e fazem as mensagens e denúncias chegarem com maior rapidez e muitas vezes via internet. O terceiro, é o surgimento de uma gama de organismos, instituições, ouvidorias, prontas a atender

a população e que recebem denúncias de todas as espécies. Isso é muito bom para o nosso país”.

Péricles destacou ainda, que a exigência também se torna maior para todos os que exercem o direito, visto que atualmente a sociedade cobra e espera por respostas mais eficazes. Disse, também, que os profissionais devem estar atentos tanto às sutilezas, bem como para a veracidade das denúncias, pois o encarregado de um inquérito deve conduzi-lo com responsabilidade, e no caso da Justiça Militar, “assegurando a estrutura e hierarquia basilares das Forças Armadas, para não se degradar o comando a partir de comunicações infundadas, sem conotação penal”.

Após a palestra, os estudantes puderam fazer perguntas e esclarecer dúvidas junto ao palestrante e à Procuradora-Geral que, ao final, foi homenageada pelos alunos.



II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar

Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar
FLORIANÓPOLIS, SC - BRASIL | 3 A 6 DE DEZEMBRO DE 2003



Procuradora-geral participa de debates sobre "A Perda do Posto e da patente de Oficiais".

Chefiados pela procuradora-geral Marisa Cauduro, membros do Ministério Público Militar participaram em Florianópolis – SC, do II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, ocorrido entre os dias 2 e 6 de dezembro.

Logo no primeiro dia de exposições, o corregedor-geral do MPM e presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Generais do Ministério Público - CNCGMP, Péricles Queiroz, dirigiu a mesa sobre o tema "A Investigação dos Crimes de Guerra". Entre os debatedores estavam o magistrado do Ministério Público Angolano, Beato Manuel Paulo, o procurador Regional da República e professor da Universidade de Brasília, Carlos Eduardo Vasconcelos, e o coronel-adido de Defesa da Embaixada do Reino Unido, Ralph Ashenhurst.

Ainda no primeiro dia de debates, o promotor da Justiça Militar em Santa Maria, Jorge César de Assis participou, juntamente com o ministro do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, o juiz-auditor da Justiça Militar/RS, Alexandre Aronne de Abreu, e o promotor da Justiça Militar/SC, Sidney Eloy Dalabrida, das discussões sobre o "Código de Processo Penal Militar: Críticas e

Soluções".

Na Sexta-feira (5), o coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM Carlos Frederico de Oliveira Pereira, debateu "As Cortes Internacionais e os Direitos Humanos" com a representante do Tribunal Penal Internacional Sílvia Helena de Figueiredo Steiner.

À tarde, a procuradora-geral da Justiça Militar proferiu exposição sobre "A Perda do Posto e da patente de Oficiais". Falando sobre o tema, Marisa Cauduro afirmou que as leis que versam a respeito da perda de posto de oficiais precisam ser revistas. "É juridicamente

desconcertante que o Conselho que julga seja o mesmo Conselho que redige o libelo de acusação", declarou. Acrescenta a procuradora-geral que a lei do Conselho de Justificação "estaria a merecer consideração por lei ordinária, na qual houvesse amplo envolvimento do Congresso e dos seguimentos interessados". Nessa discussão acompanharam a procuradora-geral, o ministro do Superior Tribunal Militar, José Coelho Ferreira, coordenador dos debates; o presidente do Tribunal de Justiça Militar/SP, Avivaldi Nogueira Júnior; o presidente do Tribunal de Justiça Militar/MG, Décio de Carvalho Mitre; e o presidente do Tribunal Militar/RS, João Carlos Bona Garcia.

Ainda em Florianópolis, a Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais - Amajme, organizadora do evento em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, homenageou Marisa Cauduro outorgando-lhe a comenda Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais. Também apoiaram o encontro: o Ministério Público Militar, a Academia Judicial do Poder Judiciário/SC, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, a Escola Nacional da Magistratura - ENM, a Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC e o Superior Tribunal Militar - STM.



1) Procuradora-geral com o juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, João Kopitowsky; o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Vladimir Passos de Freitas; e o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Amaral e Souza.



2) Debate coordenado pelo corregedor-geral do MPM



Associação Internacional das Justiças Militares



Integrantes da mesa solene do Encontro.

Os participantes do II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar, em Florianópolis - SC, dedicaram os dois primeiros dias do evento à criação, redação e discussão do estatuto da Associação Internacional das Justiças Militares - AIJM.

Com a assinatura de representantes de 16 países, incluindo o Brasil, a Associação tem sede e foro na cidade de Florianópolis onde jurisdiciona o juiz Getúlio Corrêa, vice-Presidente da Região Sul da Amajme escolhido para presidir a Associação com mandato de 4 anos.

Art. 2º. A Associação Internacional das Justiças Militares, com sede e foro na cidade onde jurisdiciona o Presidente, tem por finalidades:

I – a integração dos que se dedicam ao estudo do Direito Penal Militar e processual ou Judiciário Penal Militar e profissionais do Direito;

II – desenvolver atividades destinadas ao estudo do Direito Penal Militar e do Direito

Processual ou Judiciário Penal Militar, nos países participantes da AIJM;

III – promover a integração dos que atuam nessa área do Direito, nos países associados;

IV – realizar estudos de Direito Penal Militar e de Direito Processual ou Judiciário Penal Militar comparado;

V – realizar estudos visando a unificação da legislação penal militar e processual militar nos países associados;

VI – promover estudos da História do Direito Penal Militar e do Direito Processual Penal Militar;

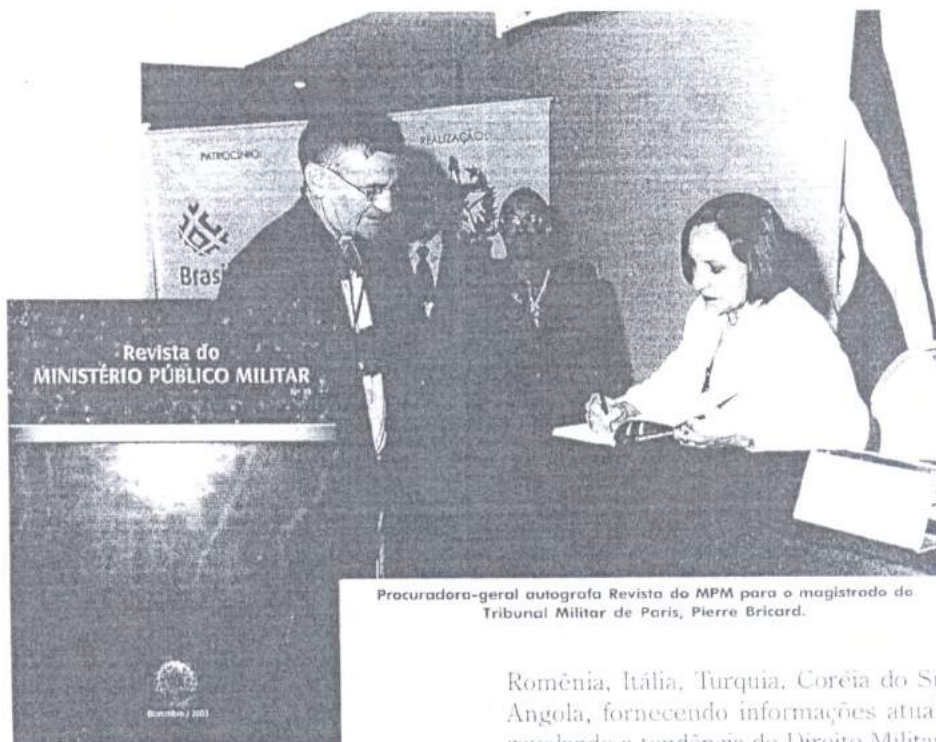
VII – realizar Congressos, Encontros, Seminários e outros conclaves, tendo como objeto o Direito Penal Militar, o Direito Processual ou Judiciário Penal Militar, Direito Disciplinar Militar, Direitos Humanos, Direito Humanitário e outros ramos do Direito.

Lançado número 19 da Revista do MPM

Ainda durante o II Encontro Internacional de Direito Humanitário e Direito Militar foi lançado o número 19 da Revista do Ministério Público Militar.

Editado pelo Conselho Editorial do MPM, o novo número da Revista do MPM tem 152 páginas divididas em 12 artigos doutrinários e duas atuações processuais. Pela primeira vez na história da publicação, alguns artigos foram inseridos em inglês com as respectivas traduções para o português. Como define o próprio Conselho no Editorial da publicação, “projetamos oferecer algo moderno e atraente na forma, substancial e proveitoso no conteúdo”.

Na apresentação da Revista, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, referindo-se a alguns textos selecionados de palestras em que membros do MPM estiveram presentes, afirma que o intercâmbio de conhecimentos é fundamental na formação dos profissionais da área. “Os eventos dimensionam as tendências da atualidade nas corporações jurídicas no domínio da justiça castrense: perfilar-se e envolver-se com o Direito Internacional Humanitário (DIH) e os Direitos Humanos”, escreve.



Procuradora-geral autografa Revista do MPM para o magistrado do Tribunal Militar de Paris, Pierre Bricard.

Contribuíram para a produção da Revista articulistas nacionais de reconhecido conceito forense escrevendo sobre matérias contemporâneas. Colaboraram, ainda, membros da Justiça Militar do Reino Unido,

Romênia, Itália, Turquia, Coreia do Sul e Angola, fornecendo informações atuais e revelando a tendência do Direito Militar no mundo.

O Conselho Editorial do MPM é composto pelo subprocurador-geral e corregedor-geral do MPM, Péricles Aurélio Lima de Queiroz pela procuradora Maria Lúcia Wagner e pelo promotor Luis Antônio Grigoletto.



MPM em Ação

O promotor da Justiça Militar em Belém, Antonio Carlos Gomes Facuri, ministrou palestra sobre o tema "Justiça Militar" na I Semana Jurídica da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá/PA em 27 e 28 de outubro. Já em novembro (5), o promotor recebeu o título honorífico de Cidadão de Belém, conferido pela Câmara Municipal de Belém.

Em novembro (14), a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, foi agraciada, pelo comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, com o medalhão Bicentenário Duque de Caxias, em solenidade ocorrida no 1º Regimento de Cavalaria de Guarda - 1ºRCG, em Brasília.

A subprocuradora-geral da Justiça Militar Arilma Cunha da Silva participou como conferencista do Ciclo de Palestras sobre Direito Disciplinar Militar, organizado pela Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, em 21 de outubro.

Após oito anos de dedicação ao MPM, a promotora da Justiça Militar em Porto Alegre, Zuleika Centeno Stone Jardim, aposentou-se em novembro (4). A vaga criada na PJM Porto Alegre será preenchida em janeiro de 2004 pelo promotor da Justiça Militar Antonio Carlos Gomes Facuri, atualmente na PJM Belém.

Em portaria publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro, o procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, promoveu, por merecimento, ao cargo de procurador da Justiça Militar, o promotor da Justiça Militar em Curitiba, Antonio Batista de Souza. O nome de Antonio Batista de Souza encabeçava a lista triplíce encaminhada pelo Conselho Superior do MPM à PGR. O procurador assume suas funções na Procuradoria da Justiça Militar em Campo Grande.

A Secretaria da Receita Federal - SRF e Procuradoria-Geral da República - PGR doaram 64 computadores, dos tipos: Athlon XP 25, notebook IBM Pentium III e Pentium 233MMX 30 ao Ministério Público Militar. Além desses, outros 25 computadores, 14 impressoras, e 14 notebooks foram adquiridos, pelo MPM, por meio de licitação. Com essas aquisições, a instituição dá continuidade a política de melhoria das condições de serviço. A prioridade na distribuição desses computadores será dada às Procuradorias da Justiça Militar.

O Boletim Científico nº 8 da Escola Superior do Ministério Público da União publicou artigo do subprocurador-geral da Justiça Militar, Alexandre Carlos Umberto Concesi, intitulado "A Jurisdição Universal". Na mesma publicação, saiu o artigo "Da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar - Amplitude e Limites de sua Competência" de autoria do promotor da Justiça Militar em Santa Maria, Jorge Cesar de Assis. O Informativo Jurídico Inconsulex nº 42 também publicou artigo do promotor Jorge Cesar de Assis, intitulado "A Auditoria de Correição na Justiça Militar da União".

Em outubro, os promotores da Justiça Militar em Brasília, Jaime de Cássio Miranda e Luís Antonio Grigoletto foram agraciados com a medalha Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Oficial, concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelos relevantes serviços prestados à Aeronáutica Brasileira.

O coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, proferiu em outubro (17), a convite do Procurador-Geral do Estado, Plínio Clerton Filho, duas palestras em Teresina-PI. A primeira, na Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, sob o tema "A perda do posto e patente dos oficiais e perda da graduação das praças das Polícias Militares" destinada ao público de procuradores estaduais, magistrados e membros do MPE. A outra, para uma plateia de estudantes e professores da Faculdade Santo Agostinho, versou sobre "Tribunal Penal Internacional e suas consequências no ordenamento jurídico".

Em outubro (29), o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPGMP se reuniu na PGJM para discutir temas como: necessidade de igualdade de tratamento entre MP e magistratura, por ocasião da Reforma da Previdência; regulamentação e implantação de um Código de Ética; revisão da Medida Provisória 2225-45 (2001) que altera entre outras a Lei 8.429/92 - que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos. Alguns desses assuntos constaram da pauta do encontro de representantes do CNPGMP com o Ministro da Justiça, ocorrido em novembro (4).

Os promotores da Justiça Militar em Campo Grande, Marcos José Pinto e Irabeni Nunes de Oliveira proferiram palestras durante a II Jornada Jurídica ocorrida na cidade de Ladário/MS, entre os dias 28 a 31 de outubro.

Em novembro (3), o vice-procurador-geral da Justiça Militar, Edmar Jorge de Almeida, participou como palestrante da VI Jornada de Estudos de Direito Penal Militar ocorrida em Belo Horizonte/MG. No mesmo evento, o procurador da Justiça Militar em Juiz de Fora, Antônio Pereira Duarte, fez palestra sobre o tema "Ato de Serviço e sua Conotação Penal e Administrativa".

No dia do Aviador, o subprocurador-geral da Justiça Militar, Kleber Carvalho Coelho, participou em Salvador da solenidade de condecoração do estandarte da Base Aérea de Salvador, instituição homenageada pelos Conselheiros com a insígnia da Ordem do Mérito Ministério Público Militar.

A promotora da Justiça Militar em Bage, Helena Mercês Claret da Mota, proferiu palestra intitulada "Dos Crimes e do Processo Penal Militar em Tempo de Guerra" durante curso de Aperfeiçoamento dos Oficiais do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e de Nações Amigas, realizado em outubro (9) no Rio de Janeiro.

Ainda como promotor da Justiça Militar em Curitiba, Antonio Batista de Souza, participou em outubro (2), como palestrante na Mesa Redonda: intercâmbio entre servidores do MPT, MPF e MPM em Curitiba/PR, sobre o tema "O Papel Social do Ministério Público da União e sua competência por ramo de atuação", promovida pelo Núcleo Estadual da Escola Superior do Ministério Público da União, no Paraná.

Em novembro (3), o embaixador da República Popular da China, Jiang Yuande ofereceu jantar em homenagem à procuradora-geral Marisa Cauduro.

Em outubro (24), o promotor da Justiça Militar em Fortaleza, Alexandre José de Barros Leal Saraiva, proferiu conferência sobre o tema "Dos Inimputáveis - A Menoridade e Responsabilidade" no I Congresso de Estudos sobre o Crime e IV Jornada de Iniciação Científica em Caruaru/PE. Em novembro (21), ministrou aulas no curso de especialização em Direito Público da Escola Superior da Magistratura no Piauí. Também em novembro (6), o promotor recebeu o Diploma Amigo da Marinha em reconhecimento aos serviços prestados.